



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 02/04/2024

C. Borges  
Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Evaldo Borges

para relatar.

Em    /    /   

[Assinatura]  
Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/2024

**AUTOR:** DEPUTADO FRANZÉ SILVA

**RELATOR:** DEPUTADO EVALDO GOMES

### I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Resolução de 20 de março de 2024 de autoria do Deputado Estadual Franzé Silva, dispõe sobre a **alteração e inclusão de dispositivos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Piauí.**

Encaminhado os autos a esta Comissão, fui designado Relator para efetuar a análise acerca da constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposta.

É o breve relatório. Passa-se à apreciação.

### II - FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do art. 123, inciso I, a, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, recebi a presente proposição para emitir parecer sobre o Projeto de Resolução nº **02/2024**, observando a sua adequação aos princípios e normas previstos na Constituição Federal, Constituição do Estado do Piauí e demais normas jurídicas.

Importa ressaltar que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí dispõe como competência da Comissão de Constituição e Justiça apreciar **alterações no Regimento Interno**. Vejamos o art. 123, I, k:

Art. 123. As Comissões Permanentes desta Assembleia e suas respectivas competências e atribuições são as seguintes:

**I - Comissão de Constituição e Justiça:**

k) alterações neste Regimento Interno;

Em uma análise acerca da iniciativa do projeto, o autor seria, em tese, legítimo para a propositura do presente Projeto de Resolução, como se denota dos termos do artigo 237 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, senão vejamos.

Art. 237. O Regimento Interno **pode ser modificado ou reformado, por meio de projeto de resolução de iniciativa de Deputado, da Mesa, da Comissão de Constituição e Justiça ou de Comissão Especial** para esse fim criada em virtude de deliberação da Assembleia, da qual deve fazer parte um membro da Mesa.

A Constituição Federal versa sobre o tema do projeto em análise, é importante destacar o artigo 227 da Carta, que passou a garantir os direitos das crianças e dos adolescentes como absoluta prioridade. A novidade abriu caminho para a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e representou novo olhar sobre a infância. Vejamos.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

*In casu*, o proponente visa **alteração e inclusão de dispositivos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Piauí**, visando fortalecer a representação da juventude para assegurar a proteção dos direitos específicos

dessa população, garantido uma atuação mais efetiva e abrangente da ALEPI na defesa dos direitos fundamentais da juventude piauiense.

Há que se observar que a competência para legislar sobre o tema é concorrente entre Estados e União, conforme preceitua o artigo 24, XV, da Constituição Federal.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

**XV - proteção à infância e à juventude;**

Resta claro que o Projeto de Resolução cumpre os ditames normativos, contempla toda a documentação necessária e apresenta justificativa estatutária.


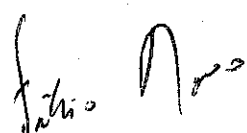



Por fim, após análise do presente projeto, nota-se que sua proposição está em conformidade com o ordenamento jurídico constitucional e infraconstitucional.

**III - VOTO**

Desta forma, voto pela aprovação do projeto em análise.

SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina (PI), 15 de abril de 2024.

  
**DEP. EVALDO GOMES**  
Relator

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 16/04/2024
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
